

*A História da Imprensa
e a Imprensa na História
o Contributo dos Açores*

Carlos Cordeiro e
Susana Serpa Silva
(coordenação)

Ponta Delgada

2009

Ficha Técnica:

Título:

*A História da Imprensa e a Imprensa na História:
o Contributo dos Açores.*

Coordenação:

Carlos Cordeiro e Susana Serpa Silva

Editores:

Centro de Estudos Gaspar Frutuoso da Universidade
dos Açores e Centro de Estudos Interdisciplinares
do Século XX da Universidade de Coimbra

Capa:

Gonçalo Luciano e Nova Gráfica

Arranjo Gráfico:

Nova Gráfica, Lda.

Impressão:

Nova Gráfica, Lda.

ISBN:

978-972-8612-53-5

Depósito Legal:

302038/09

ÍNDICE

Introdução

Carlos Cordeiro, Susana Serpa Silva 9

Palavras proferidas pelo Magnífico Reitor da Universidade dos Açores na Sessão de Abertura

Avelino de Freitas de Meneses 19

Intervenção da Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada na Sessão de Abertura

Berta Cabral 21

A História da Imprensa e a Imprensa na História

José Manuel Tengarrinha 27

A Mulher no Espelho da Imprensa (Século XIX)

Zília Osório de Castro 37

A história da imprensa em Portugal e os seus primeiros pioneiros: Silva Pereira (1838-1902), Alberto Bessa (1861-1938), Alfredo da Cunha (1863-1942)

Isabel Nobre Vargues 55

Imprensa: liberdade e censura nos meados de Oitocentos

Maria Manuela Tavares Ribeiro 73

Jornais e Política em Angra (1833-1836)

José Guilherme Reis Leite 109

O jornal <i>Whalemen's Shipping List, And Merchants' Transcript</i> - uma fonte relevante sobre o contributo da ilha do Faial na história da baleação americana	
<i>Ricardo Manuel Madruga da Costa</i>	127
A imprensa açoriana (1851-1870) e os “clamores deste povo”	
<i>Carlos Cordeiro</i>	147
“Quinto Poder”- a imprensa faialense entre 1857 e 1893	
<i>Carlos Lobão</i>	157
A emigração açoriana na segunda metade do século XX: algumas perspectivas da imprensa micaelense	
<i>Gilberta Pavão Nunes Rocha, Eduardo Ferreira</i>	183
“Amstras literárias” de Portugal e dos países lusófonos nos periódicos eslavos. O caso da revista polaca <i>Literatura no Mundo</i> (desde 1971)	
<i>Elisabete Ciesznka</i>	203
Acrónica oitocentista e a reescrita da História: O caso das crónicas queirosianas para <i>A Actualidade</i>	
<i>Ana Teresa Peixinho</i>	221
O <i>Açoriano</i>: esbocetos, folhetins e o mais que se verá (1883-1884)	
<i>Urbano Bettencourt</i>	247
Imprensa Católica nas vésperas da I República: o caso da revista <i>Jesuíta do Novo Mensageiro do Coração de Jesus</i> (1881-1910) e a sua época	
<i>José António R. Carvalho</i>	257
Urbano de Mendonça Dias e a imprensa Vila-franquense (1902-1905). Subsídios para o seu estudo	
<i>Margarida Vaz do Rego Machado</i>	289

Da obra de Nancy T. Baden: literatura, luso-americanidade e algo mais <i>Vamberto Freitas</i>	303
A imprensa regional e os açorianos “lá de fora”. Sena Freitas e Teófilo Braga <i>José Luís Brandão da Luz</i>	319
Un periódico regional hace Historia: Carlos Marx y el <i>Neue Rheinische Zeitung</i> <i>Ingrid Schulze Schneider</i>	331
O Boletim Oficial de Moçambique nos alicerces do sistema colonial na 2ª metade do século XIX. <i>Casimiro Jorge Simões Rodrigues</i>	345
Presse açorienne et intervention culturelle – parcours et défis. Une étude de cas. <i>Lusa Ponte</i>	365
Publicidade na imprensa açoriana nos tempos da Monarquia para a República <i>Susana Serpa Silva</i>	383
A Imprensa Micaelense (1890/1910) <i>Joaquim Machado</i>	407
A imprensa na Primeira Guerra Mundial. O olhar de <i>O Açoriano Oriental</i> <i>Noémia Malva Novais</i>	433
O Fotojornalismo nas Guerras da Informação. Um estudo sobre a Guerra Civil de Espanha <i>José Luís Santos</i>	451
<i>O Milhafre</i>: o jornal nacionalista açoriano publicado, entre 1976 e 1979, na ilha de São Miguel. Uma primeira abordagem <i>Fátima Sequeira Dias</i>	463

"A Batalha das Ideias". Los <i>slogans</i> ideológicos de Salazar y la construcción del discurso salazarista	
<i>Alberto Pena</i>	497
A imagem pública das Ciências e da Tecnologia na Imprensa Portuguesa (1900-1901)	
<i>Conceição Tavares, Ana Carneiro, Maria Paula Diogo, Ana Simões</i>	519
Imprensa Estudantil de Coimbra: alguns tópicos sobre sociologia da criação, combates culturais e políticos (1820-1910)	
<i>Manuel Alberto Carvalho Prata</i>	537
<i>A Voz do Professor</i>. A problemática da educação nas vésperas da República	
<i>Luís Mota, António Gomes Ferreira</i>	557
Imprensa, organização e protesto estudantil universitário em Lisboa e no Porto – alguns aspectos (1910-1926)	
<i>Ernesto Castro Leal</i>	571
<i>Revista Pedagógica</i> (1906-1916) e <i>Escola Açoreana</i> (1928-1930). O debate educativo em tempos de crise	
<i>Isolina Reis Medeiros</i>	583
A educação da mulher segundo a imprensa madeirense: de meados de Oitocentos ao início do século XX	
<i>Nelson Veríssimo</i>	597
A revista <i>Nostra Lux</i> e o ex-colégio Tomás Ribeiro (1937-1976)	
<i>António Martinho</i>	609

A Voz do Professor.

A problemática da educação nas vésperas da República

Luís Mota*

António Gomes Ferreira*

1. *A Voz dos Professores.* Entre a construção de uma identidade profissional e o ideal republicano.

Quinzenal pedagógico, era um *orgam da Associação do Professorado Primario Terceirense*, denominada «União e Progresso», que se publicou em Angra do Heroísmo, entre 1 de Fevereiro de 1909 e 1 de Setembro de 1910, tendo como director o seu proprietário, Joaquim Machado Tristão. Como se compreende o referido periódico obedecia aos mesmos propósitos da associação que tinha por fim «velar pelo incremento da instrução, impondo aos seus associados, como base de solidariedade, o rigoroso cumprimento dos seus deveres»¹.

De facto a denominação da associação pode ajudar-nos a clarificar os dois designios sob os quais se publica o quinzenário. *União*, acto ou efeito de unir-se², emerge aqui como sinónimo do associativismo de professores, uma das etapas do processo de profissionalização da actividade docente, num tempo em que estas vão abandonando a sua natureza mutualista e adquirindo um carácter sindical³. A exaltação do *Progresso* exprime o optimismo republicano nos efeitos cívicos da escola obrigatória, gratuita e laica que virá a ser consagrada em 1911 e que tem, como sabemos, subjacente um optimismo gnosiológico e histórico⁴. Neste âmbito, devemos destacar, a influência directa dos republicanos no desenvolvimento de um movimento associativo em prol da instrução primária e popular, não

* CEIS20 – Universidade de Coimbra.

¹ Artigo 2º, do capítulo I dos «Estatutos da Associação do Professorado Primário Terceirense». In: *A Voz do Professor*. N.º 1, 1 de Fevereiro de 1909, p. 2.

² União. In: *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Tomo VI Red-Zzz. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, p. 3633.

³ Cf. NÓVOA, António – *Le Temps des Professeurs. Analyse Socio-Historique de la Profession Enseignante au Portugal (XVIII^e-XX^e siècle)*. Volume II. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.

⁴ Cf. CATROGA, Fernando – *O Republicanismo em Portugal*. Lisboa: Editorial Notícias, 2000 [1991].

escamoteando, contudo, as contradições que atravessam o corpo docente do ensino primário, nomeadamente, ao nível dos modelos organizacionais passíveis de serem adoptados. Porém, uma consciência dos interesses colectivos sobrepôs-se às divergências pessoais e de grupo, conduzindo à formação de associações influentes e, por outro lado, deixando transparecer uma forte identidade social e profissional⁵. Este contributo republicano para o associativismo do professorado primário deve ser enquadrado na acção republicana em prol de associações e da sua legalização, espaldada na mundividência republicana, onde as associações, pela sua natureza contratual, constituíam uma oportunidade de, livremente, cada homem ultrapassar o seu egoísmo e, pela via do contrato, actualizar a sua vocação sociabilitária⁶. É pois, sob o signo do associativismo do professorado primário e da ideologia republicana que se molda *A Voz do Professor*.

1. 1 O eco do associativismo do professorado primário.

Nos alvares do século XX é *naturalmente* aceite que o ensino é assunto para especialistas e a delimitação do campo profissional parece caminhar no sentido de se afirmar o seu alargamento em virtude do aumento da população, quer aumento da população escolar, quer maior inclusão de população escolar, por abertura a vertentes técnicas do ensino, resultado da acção das suas associações, algo que só se tornou possível pelo desenvolvimento dum espírito e dum comportamento de corpo profissional. Se em 1901 se torna necessária a frequência do ensino normal para acesso à profissão, uma entre outras decisões que satisfazem tradicionais reivindicações da classe docente, a nova escala salarial e algumas medidas repressivas face ao professorado, provocaram o descontentamento entre a classe, estando na origem da eclosão de um movimento de professores de instrução primária, cuja unidade é vista como condição essencial à obtenção de um melhor estatuto socioprofissional⁷.

Ao longo das páginas d' *A Voz do Professor* transparece esta tomada de consciência da urgência de unidade entre a classe do professorado primário para

⁵ Cf. NÓVOA, António — ob. cit., 1987, pp. 521-528, 693-698.

⁶ Cf. CATROGA, Fernando — ob. cit., pp. 153-159.

⁷ Cf. NÓVOA, António — ob. cit., 1987, pp. 521-528, 693-698.

se alcançar um outro estatuto e alterar o *status quo* na instrução popular. Só uma «corporação ciente e consciente [...] reivindica e conquista a plenitude dos seus direitos»⁸. Ávila Junior num toque a reunir para alcançar a liberdade da escola e a liberdade do povo dá o tom: «Unamo-nos»⁹! A unidade deverá ser o suporte de um grito de revolta pelo estado da instrução, sublinhando, o autor, que «basta de palavras, basta de discursos, basta de intrujice»¹⁰, o que são necessários são «factos»¹¹ e «obras»¹². É com a maioria da classe unida no «mesmo ideal»¹³, «bem preparados para a luta»¹⁴ que, continua o autor, se poderão ver «melhoradas as péssimas condições actuais do professorado»¹⁵. Assiste-se à tomada de consciência pelos professores do ensino primário de que «quando qualquer classe tem conhecimento perfeito do que pode e do que vale»¹⁶, desde que «os seus membros se acham solidamente unidos pela coesão da solidariedade»¹⁷ não existirão «embaraços, nem dificuldades, nem obstáculos»¹⁸ que a impedirão de transformar a realidade. Como contraponto, emerge a percepção de que a ausência de unidade inviabiliza o projecto da instrução popular e de afirmação dos legítimos direitos da classe. Uma professora escreve-o:

“Quantos, por esse país fora, partilham das parcialidades dos governos, são seus aliados, mesmo com prejuízo do interesse da Instrução, e não seriam capazes de soltar um fraco grito de revolta, embora a opressão fosse esmagadora e atingisse o cúmulo da violência!

Por isso, a classe do professorado primário é desprotegida e infeliz.

[...]

Se todos quisessem pôr de parte rivalidades, ressentimentos e trabalhar, tendo por norma a Justiça e a Verdade, pelo alevantamento da classe, para o

⁸ A Voz do Professor. Transcrito d' *A Folha*. In: *A Voz dos Açores*. N.º 16, 15 de Setembro de 1909.

⁹ JUNIOR, Ávila – Libertemos a escola para libertarmos o povo. In: *A Voz dos Açores*. N.º 14, 15 de Agosto de 1909.

¹⁰ Idem, ibidem.

¹¹ Idem, ibidem.

¹² Idem, ibidem.

¹³ Julieta – Pelo futuro. In: *A Voz dos Açores*. N.º 33, 1 de Junho de 1910.

¹⁴ JUNIOR, Ávila – Ilegalidades. In: *A Voz dos Açores*. N.º 9, 1 de Junho de 1909.

¹⁵ SOARES, E. – Confidência. In: *A Voz dos Açores*. N.º 13, 1 de Agosto de 1909.

¹⁶ JUNIOR, Ávila – Ilegalidades. In: *A Voz dos Açores*. N.º 9, 1 de Junho de 1909.

¹⁷ Idem, ibidem.

¹⁸ Idem, ibidem.

progressivo desenvolvimento da Instrução, o professor primário teria ainda dias felizes"¹⁹.

O discurso de apelo à unidade na acção, como diríamos hoje, é complementado com notícias sobre reuniões associativas²⁰, no plano nacional, nomeadamente, sobre a Liga Nacional de Instrução²¹, bem como, sobre a actividade da Associação do Professorado Primário Terceirense. *A Voz do Professor* faz eco do apelo à organização concelhia dos professores, em centros escolares, e em associações, no plano distrital²².

No plano nacional desde 1907 que a Liga Nacional do Professorado Português dava o seu contributo para a afirmação da consciência de classe e o desenvolvimento da solidariedade ao nível do ensino primário, pugnando pela melhoria das condições socioeconómicas. O crescimento do movimento associativo desenvolve-se paralelamente com a percepção da incapacidade da monarquia para solucionar a situação caótica da instrução popular, de que é exemplo a manutenção de uma elevada taxa de analfabetismo, e um entendimento favorável das potencialidades do ideal republicano, circunstância que propicia uma significativa adesão dos professores do ensino primário²³.

Decorre dos textos no periódico clara adesão à ideologia republicana e, principalmente, nota-se o optimismo subjacente a quem lutava, por uma causa que ainda não atingira o poder e a consequente quebra das ilusões. A associação ao ideário e temática republicana conduz, os autores, à articulação do estatuto do professor com um quadro institucional político concreto e, simultaneamente, com um determinado nível de desenvolvimento, concluindo-se que o professor só é bem remunerado e justamente respeitado, numa democracia e num país com um determinado grau de desenvolvimento. Na primeira perspectiva escreve Fortunato Correia Pinto:

¹⁹ Uma professora – A situação do professorado primário – os cépticos e os crentes. In: *A Voz dos Açores*. N.º 14, 15 de Agosto de 1909.

²⁰ Cf. Revista Pedagógica. Transcrito da *Federação Escolar*. In: *A Voz dos Açores*. N.º 6, 15 de Abril de 1909.

²¹ Cf. Liga Nacional de Instrução. In: *A Voz dos Açores*. N.º 7, 1 de Maio de 1909.

²² Cf. SÁ, J. & – Carta. In: *A Voz dos Açores*. N.º 20, 15 de Novembro de 1909.

²³ Cf. NÓVOA, António – ob. cit., 1987.

“Em todas as nações e em todas as épocas, sempre que o clericalismo domina o professor é o pária desprezado e conspurcado, que padece todas as misérias e tem de tolerar todas as afrontas. Se a democracia vence e a liberdade é um facto, o professor primário é bem pago, honrado e respeitado como o mais útil dos funcionários; mas se a reacção predomina novamente, ele é outra vez atirado para a mais cruciante das misérias e para a mais vergonhosa das dependências”²⁴.

Há claramente uma dicotomia, um antagonismo entre o professor e o padre que acaba por materializar no padre/clérigo e no professor duas versões da sociedade que vai suportar um imaginário dos republicanos que muito contribuirá para uma leitura caricatural de sociedade. Parecendo que o autor, de algum modo, antecipa as oscilações da história das primeiras décadas do século XX, avançando com uma ideia em que não dava por adquirido que os ventos soprassem sempre favoráveis aos propósitos republicanos. Como podia ele dizer isso se a República não tinha ainda acontecido?

Um outro autor, A. N., seguia a mesma ideia e sublinhava:

“Assim é que, nos países atrasados e incultos, o sacerdote é protegido e prodigamente pago, ao passo que o professor, o pedagogo, é conservado na quase miséria e muitas vezes perseguido e não poucas, martirizado. E isto porque da escola sai luz – luz que dissipa a sombra!”²⁵.

Em face desta visão era clara a decisão a tirar, era preciso lutar pela República ou, pelo menos, por uma sociedade democrática, instruída, culta, seguramente, mais sujeita à racionalidade e à ciência e pouco submissa das ideias clericais.

1. 2 O ideário republicano

O ideário republicano tem subjacente, de certa forma a ruptura com o passado seja caracterizado pelo domínio da autoridade, seja essa autoridade suportada no poder do rei e da aristocracia, seja fundada na doutrina católica

²⁴ PINTO, Fortunato Correia – Clericais e Professores. In: *A Voz dos Açores*. N.º 23, 1 de Janeiro de 1910.

²⁵ A. N. – A igreja e a escola. In: *A Voz dos Açores*. N.º 28, 15 de Março de 1910.

corporizada pelo papa, bispos, por ordens religiosas e por tudo o que se oponha à evidência da razão. Opõem-se à hierarquia e poder da Igreja católica porque era suportado pela crença e pela dominação das pessoas com base no mítico, no poder autoritário com base no medo...

Os republicanos queriam sobretudo um homem novo, equilibrado, fisicamente bem constituído, um homem que pudesse dar mais contributos à sociedade, quer pela sua capacidade como trabalhador, quer pela sua acção cívica e isso implicava que se investisse na educação, pois através dela era possível formar o indivíduo que uma sociedade mais igualitária necessitava. Daí que não seja de estranhar que os nossos autores coloquem como finalidade da instrução popular o elevar o nível intelectual e moral dos portugueses, no sentido de «criar homens amantes do trabalho, cidadãos patriotas, os indivíduos que enriquecem as nações e enobrecem a humanidade»²⁶ capazes de assegurar a regeneração da «pátria desfalecida»²⁷ e de ser «garante da independência nacional»²⁸.

Os jesuítas eram os grandes adversários porque eram eficazes e os republicanos queriam atingir um dos esteios fundamentais da instituição católica. Tudo leva a crer que aprenderam com Pombal que, se quis iniciar um sistema educativo laico, teve que expulsar os jesuítas. Mais de um século e meio depois, os republicanos evidenciam um entusiasmo e um *modus faciendi* pombalino, atacando claramente os jesuítas mas indo mais além, atacando a própria génese do pensamento católico e os seus protagonistas. Perpassa pel' *A Voz do Professor* a crítica a uma escola privilegiada e dogmática, de verdades indiscutíveis²⁹, na leitura de C. Vaz, constituindo um ensino autoritário e impositivo, acusada de produzir «ignaros serviçais e sequazes putrefativos»³⁰. Os jesuítas, segundo estes autores, corrompem as populações e quando um professor cumpre as suas obrigações, vê serem-lhe atirados «todos os palavrões do rosário regateiro-jesuítico»³¹. E, *A Voz dos Professores* concretiza. O padre da Feteira, o reverendo Barbosa, é considerado um *cretino* pois apreendeu um livro de leitura, oficialmente aprovado, por o considerar maçónico, ameaçando mesmo com o abandono da

²⁶ TRISTÃO, J. – Misérias e desperdícios II. In: *A Voz dos Açores*. N.º 7, 1 de Maio de 1909.

²⁷ SOARES, E. – Instrução e política. In: *A Voz dos Açores*. N.º 18, 15 de Outubro de 1909.

²⁸ JUNIOR, Ávila – A escola primária portuguesa. In: *A Voz dos Açores*. N.º 1, 1 de Fevereiro de 1909.

²⁹ Cf. VAZ, C. – O jesuíta e a escola. In: *A Voz dos Açores*. N.º 22, 15 de Dezembro de 1909.

³⁰ Idem, *ibidem*.

³¹ TRISTÃO, J. – Non tantum dicere III. In: *A Voz dos Açores*. N.º 14, 15 de Agosto de 1909.

escola pelo referido aluno³². Este exemplo é lido como uma ilustração, de algum modo, do *secreto* desejo do jesuíta de «suplantar o professor, para que a instrução ministrada por este não seja senão aquilo que o jesuitismo pretende»³³.

O papel da escola primária não é novidade, remontando à Idade Média, claramente se assume como instituição de particular importância para o Estado, por acção do Marquês de Pombal e o liberalismo, quer na sua fase inicial, quer durante o século XIX, tende a ter a escola como uma instituição fundamental para o desenvolvimento da sociedade portuguesa. Portanto, não estamos perante nada de novo. Ao longo destes séculos a escola nunca foi neutra, nem propriamente se afastou da matriz ideológica que sustentava, a moral católica. A escola, durante este período, tinha sido sempre um bom veículo dos conteúdos básicos do catolicismo que deveriam caracterizar um catecismo elementar dos membros da sociedade, ora não era essa a escola que os republicanos pretendiam. Os republicanos vão lutar por uma escola laica e de pensamento neutro. Com a França no horizonte que, de resto, é bastas vezes chamada à coacção³⁴, n' *A Voz dos Professores*, defendem, espaldados na razão e na ciência, uma escola laica como garantia de respeito de todas as crenças³⁵, constituindo um espaço de liberdade – qual luz que derruba as trevas³⁶, de solidariedade e de progresso, garantindo a felicidade de todos os povos, alcançável, segundo os autores, desde que se arrasassem as fronteiras, os preconceitos e os ódios³⁷.

A escola aparecia como o templo republicano e o professor deveria constituir-se como o seu sacerdote, o «apóstolo do progresso e da civilização»³⁸, portador do «facho e da bússola»³⁹, a quem, no fundo, competia dar um *norte* ao povo. Estamos perante um professor do ensino primário caracterizado como «ilustrado, estudioso, preocupado com o progresso»⁴⁰ que tinha por dever «estigmatizar tudo

³² O jesuitismo pretendendo absorver a escola. In: *A Voz dos Açores*. N.º 20, 15 de Novembro de 1909.

³³ Cf. VAZ, C. – O jesuíta e a escola. In: *A Voz dos Açores*. N.º 22, 15 de Dezembro de 1909.

³⁴ Cf. JUNIOR, Ávila – A laicização do ensino IV. In: *A Voz dos Açores*. N.º 21, 1 de Dezembro de 1909; Idem – A laicização do ensino VII. In: *A Voz dos Açores*. N.º 23, 1 de Janeiro de 1910; Idem – A laicização do ensino VIII. In: *A Voz dos Açores*. N.º 26, 15 de Fevereiro de 1910.

³⁵ Cf. JUNIOR, Ávila – A laicização do ensino. In: *A Voz dos Açores*. N.º 10, 1 de Janeiro de 1909.

³⁶ Cf. COSTA, Clementina – Pela escola laica. In: *A Voz dos Açores*. N.º 20, 15 de Novembro de 1909.

³⁷ Cf. JUNIOR, Ávila – Homenagem a Ferrer: a laicização do ensino. In: *A Voz dos Açores*. N.º 22, 15 de Novembro de 1909.

³⁸ Uma professora - A situação do professor primário. Os cépticos e os crentes. In: *A Voz dos Açores*. N.º 14, 15 de Agosto de 1909.

³⁹ PINTO, Fortunato Correia – Clericais e professores. In: *A Voz dos Açores*. N.º 23, 1 de Janeiro de 1910.

⁴⁰ SOARES, E. – Recordando. In: *A Voz dos Açores*. N.º 33, 1 de Agosto de 1909.

o que tenda a manietar e corromper os povos»⁴¹ colocando-se, segundo os autores, «ao lado dos que trabalham pela libertação do povo»⁴². Trata-se de um forte, quiçá ingénuo, investimento simbólico no papel do professor e da escola.

2. As condições materiais de exercício da profissão docente n' *A Voz do professor*

A monarquia constitucional, enquanto sistema político, assentava na corrupção eleitoral, onde, através da acção do rei – para os republicanos, o verdadeiro detentor do poder, o que transmutava uma monarquia constitucional em absolutismo – cabia, à vez, a cada governo *fazer a sua* maioria, o que implicava a eterna *dança* de lugares na administração e resultava de um processo negocial com influentes e caciques, encerrando, não poucas vezes, com *chapeladas*. Nos últimos vinte anos da sua existência, o regime monárquico, seria abalado por sucessivos escândalos, que iam desde a concessão indevida de fundos públicos, o tráfego de influência, a burla, falsificação ou desfalque. Os favores a políticos e protegidos, os gastos sumptuários da classe política e da família real – de que o caso dos adiantamentos é paradigmático, a confusão e a promiscuidade entre funções públicas e privadas que colocava ministros ao serviço de interesses particulares, acabam por provocar o descrédito da monarquia, da administração e da sua classe política, afectada por escândalos como a questão dos tabacos ou do Crédito Predial (1909-1910). Nem a província escapou a diversos casos de corrupção fiscal originando conflitos de diferente natureza. O *deficit* orçamental e a dívida do Estado não paravam de crescer e o povo, sob o peso dos impostos, permanecia analfabeto e vivia de poucos recursos⁴³.

É neste contexto que se inserem as análises, expendidas n' *A Voz do Professor*, sobre a acção do Estado na Educação e a actuação da administração, nos seus diferentes níveis, bem como a apreciação sobre as condições materiais de desempenho da função de professor do ensino primário, que reproduzem uma leitura da realidade pelo viés associativo de construção de uma identidade profissional com enfoque ideológico do republicanismo português.

⁴¹ TRISTÃO, Joaquim Machado – Non tantum dicere II. In: *A Voz dos Açores*. N.º 33, 1 de Junho de 1910.

⁴² JUNIOR, ÁVILA – A laicização do ensino. In: *A Voz dos Açores*. N.º 16, 15 de Setembro de 1909.

⁴³ Cf. VALENTE, Vasco Pulido – *O Poder e o Povo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999, pp. 19-44.

2. 1 O desprezo pela instrução popular. A composição social: as elites e o povo.

Não é preciso socorrermos-nos de outras fontes para compreender que para os republicanos a sociedade portuguesa estava podre de alto a baixo. Tirando os republicanos mais ou menos militantes e iluminados parece que nada escapava à mesquinhez, à corrupção, à subserviência e à ignorância. Dizia E. Soares:

“Entre nós, infelizmente, a instrução popular é geralmente desprezada, não só pelos mais altos poderes do Estado que a detestam e que impedem o seu desenvolvimento, mas até por alguns pais de família que, desgraçadamente, não sabem compreender os magníficos benefícios que a instrução acarreta. Há pais de família que não mandam os filhos à escola. E se alguém os aconselha a tal respeito, vêm logo com esta resposta: *O meu filho não precisa saber ler. Eu nunca aprendi e tenho «governado» a minha vida!*...”⁴⁴

O excerto ilustra exemplarmente a narrativa associada ao desprezo pela instrução popular, testemunhando claramente que o problema era do Estado que não se esforçava por generalizar e, no entanto, a causa real da escolarização dos portugueses radicava na incompreensão pelo povo dos benefícios do investimento na alfabetização. Mas é claro que para os republicanos a grande causa da falta deste interesse e da expansão escolar residia no Estado. As elites que dominam o Estado são apresentadas como desinteressadas pela instrução e, muitas vezes, como estando mais preocupadas em que esta não se desenvolva, justificando-se, assim, a ausência de importância atribuída pelo governo à instrução⁴⁵. Neste discurso compaginam-se a filiação ideológica e os interesses sociais das elites. Do ponto de vista político, os estadistas ou são considerados reaccionários, protegendo os jesuítas – os verdadeiros adversários da instrução popular, ou são denunciados por demissão, ao não agirem contra eles⁴⁶. Do ponto de vista social, como as elites têm a percepção que os seus interesses são prejudicados pela difusão da instrução⁴⁷, produz-se um libelo acusatório de que se torna mais fácil dominar o

⁴⁴ SOARES, E. – Instrução e Política. In: *A Voz dos Açores*. N.º 18, 15 de Outubro de 1909.

⁴⁵ Cf. SOARES, E. – Recordando. In: *A Voz dos Açores*. N.º 33, 1 de Junho de 1910.

⁴⁶ Cf. JUNIOR, Ávila – Libertemos a escola para libertarmos o povo. In: *A Voz dos Açores*. N.º 14, 15 de Agosto de 1909.

⁴⁷ Cf. SOARES, E. – Confidência. In: *A Voz dos Açores*. N.º 13, 1 de Agosto de 1909.

povo mantendo-o «ignorante, miserável e feliz»⁴⁸, salvaguardando assim os seus interesses⁴⁹. Explicar-se-ia assim porque é que «em Portugal há dinheiro para tudo, menos para o que é útil, menos para a instrução popular»⁵⁰ e, o que há, é esbanjado em «pândegas, viajatas ou adiantamentos»⁵¹, (re) produzindo-se «escravos e crentes que formam sociedades podres e corrompidas»⁵² ao invés de cidadãos.

A ignorância em que o povo se encontra, no seu entender, criava condições objectivas, fruto das crenças e superstições, para que este recusasse a instrução e expressasse um claro desinteresse pelo acesso a ela. A própria tentativa de angariação de fundos para a escola, junto das populações, revelava-se infrutífera, em face do seu fanatismo⁵³. Mesmo as elites raramente disponibilizavam apoio material para a escola, pois não dispensavam a devida atenção à instrução. Contudo existiam excepções, o curioso é que se anunciava Manuel d' Azevedo Cunha, «sacerdote ilustrado e bemquisto cujas nobres qualidades patenteia diariamente»⁵⁴ e a quem «a instrução popular muito deve»⁵⁵.

2. 2 A instalação material das escolas. A inspecção e as pseudo-escolas.

A instalação material da escola é caracterizada nos seguintes termos:

“Causa nojo, ao mesmo tempo que faz desesperar, o modo, pelo governo é olhada a instrução bem como tudo quanto com ela intimamente se prende. Por mais que os professores se cansem a pedir material indispensável (notem bem: só o indispensável) para as espeluncas que lhes confiam com o nome de escolas, por mais requisições que façam, por mais que gritem pedindo, não favores, somente o que é justo, é o mesmo que nada; não há quem os atenda”⁵⁶.

⁴⁸ TRISTÃO, J. – Não há dinheiro. In: *A Voz dos Açores*. N.º 36, 15 de Julho de 1910.

⁴⁹ Cf. VAZ, C. – As minhas razões. In: *A Voz dos Açores*. N.º 21, 1 de Dezembro de 1909.

⁵⁰ TRISTÃO, J. – Não há dinheiro. In: *A Voz dos Açores*. N.º 36, 15 de Julho de 1910.

⁵¹ Abaixo o calote. In: *A Voz dos Açores*. N.º 14, 15 de Agosto de 1909.

⁵² A. N. – A igreja e a Escola. In: *A Voz dos Açores*. N.º 28, 15 de Março de 1910.

⁵³ Cf. SOARES, E. In: *A Voz dos Açores*. N.º 36, 15 de Julho de 1910.

⁵⁴ SOARES, E. – Beneméritos da Instrução. In: *A Voz dos Açores*. N.º 12, 15 de Julho de 1909.

⁵⁵ Idem, ibidem.

⁵⁶ JUNIOR, Ávila – Misérias. In: *A Voz dos Açores*. N.º 4, 15 de Março de 1909.

As escolas, instaladas em edifícios degradados⁵⁷, são adjectivadas como «imundas pocilgas»⁵⁸, «pardieiro ou pocilga»⁵⁹, «pardieiros imundos e infectos»⁶⁰ ou «casebre imundo»⁶¹, na maior parte das vezes, equipadas com mobiliário anti-higiénico e anti-pedagógico⁶² e material didáctico desactualizado ou inexistente⁶³. É o caso, a mero título de exemplo, da escola da Ribeira Sêca, segundo os autores, desprovida do mobiliário exigido por lei, pela higiene e pela pedagogia⁶⁴.

É neste templo da razão⁶⁵ que os professores primários desenvolvem a sua actividade profissional com um vencimento considerado como *mesquinho*, ou como uma *afrenta* ou, por vezes, como um *escárnio*⁶⁶, numa carreira em que as promoções e os provimentos⁶⁷ quase estagnam, constituindo a melhor denúncia da desarticulação entre o discurso simbólico e a realidade.

O funcionamento do sistema constituía outro problema. A reforma de 1901 consagrou a obrigatoriedade de frequentar a escola, a gratuidade de ensino, a centralização do sistema escolar, a necessidade de diploma do ensino normal para o exercício da actividade, a liberdade de ensino – desde que portador de um diploma de ensino normal, e a criação de um corpo permanente de inspecção. N' *A Voz do Professor* sobressai uma análise crítica do funcionamento da administração em geral e da inspecção em particular. Constatamos que, cerca de 8 anos depois da publicação da lei, permanecem a leccionar indivíduos não habilitados e a acção da inspecção é, muitas vezes inócua na medida em que não

⁵⁷ TRISTÃO, J. – Misérias e desperdícios IV. In: *A Voz dos Açores*. N.º 1, 1 de Fevereiro de 1909.

⁵⁸ JUNIOR, Ávila – A Instrução Popular Portuguesa. In: *A Voz dos Açores*. N.º 10, 15 de Junho de 1909.

⁵⁹ SOARES, E. – Instrução, governo e padres. In: *A Voz dos Açores*. N.º 30, 15 de Abril de 1910.

⁶⁰ Uma professora – A escola primária. In: *A Voz dos Açores*. N.º 1, 15 de Janeiro de 1910.

⁶¹ SOARES, E. – Recordando. In: *A Voz dos Açores*. N.º 33, 1 de Junho de 1910.

⁶² JUNIOR, Ávila – A Instrução Popular Portuguesa. In: *A Voz dos Açores*. N.º 10, 15 de Junho de 1909.

⁶³ Cf. JUNIOR, Ávila – A Instrução Popular Portuguesa. In: *A Voz dos Açores*. N.º 10, 15 de Junho de 1909; TRISTÃO, J. – Misérias e desperdícios II. In: *A Voz dos Açores*. N.º 7, 1 de Maio de 1909; SOARES, E. – Beneméritos da instrução. In: *A Voz dos Açores*. N.º 12, 15 de Julho de 1909; SOARES, E. – Instrução e política. In: *A Voz dos Açores*. N.º 18, 15 de Outubro de 1909.

⁶⁴ SOARES, E. In: *A Voz dos Açores*. N.º 22, 15 de Dezembro de 1909.

⁶⁵ RAMOS, João de Deus – Um projecto de lei. In: *A Voz dos Açores*. N.º 1, 1 de Fevereiro de 1909.

⁶⁶ Cf. TRISTÃO, J. – Misérias e desperdícios. In: *A Voz dos Açores*. N.º 6, 15 de Abril de 1909; Uma professora – O professor e a regeneração do país. In: *A Voz dos Açores*. N.º 13, 1 de Agosto de 1909; Uma professora – A situação do professor primário. Os cépticos e os crentes. In: *A Voz dos Açores*. N.º 14, 15 de Agosto de 1909; TRISTÃO, J. – Libertemos a escola para libertarmos o povo. In: *A Voz dos Açores*. N.º 14, 15 de Agosto de 1909; SÁ, J. & – Carta. In: *A Voz dos Açores*. N.º 14, 15 de Agosto de 1909; VAZ, C. – As minhas razões. In: *A Voz dos Açores*. N.º 21, 1 de Dezembro de 1909; TRISTÃO, J. – Aposentação dos professores. In: *A Voz dos Açores*. N.º 39, 1 de Setembro de 1910.

⁶⁷ Cf. SÁ, J. & – Carta. In: *A Voz dos Açores*. N.º 14, 15 de Agosto de 1909.

é cumprida, provocando maior animosidade junto dos professores pelo facto de escolas oficiais serem encerradas por falta de condições.

Debrucemo-nos, como exemplo, sobre o funcionamento de cursos ilegais ou as chamadas pseudo-escolas. Joaquim Tristão denuncia precisamente o encerramento de escolas oficiais e a manutenção, daquelas que possuem mestres e mestras não habilitadas, considerando-os, por isso, «horrendos e perigosíssimos»:

“Isto parece incrível, mas é a pura verdade. Mandam-se fechar as escolas oficiais que, posto que não satisfaçam ao maior número de condições higiénicas requeridas, têm, contudo, à sua frente entidades suficientes para as conservarem em perfeito estado de asseio, bastante competentes para aconselharem a higiene às crianças e respectivas famílias, capazes, mesmo de evitarem o contágio do terrível morbus: e deixam-se abertas as tais espeluncas que são uma verdadeira peste, e mantêm-se em exercício as tais mestras e mestres – horrendos e perigosíssimos bicharocos que enfermam e consomem o nosso organismo social já tão depauperado”⁶⁸.

Noutras descrições de *cursos ilegais* em que as condições materiais são analisadas, explicitam-se mesmo, dois cursos, um dirigido por uma tal de Maria Josefa, considerando as instalações agradáveis e higiénicas, e o autor, refere ainda, que o ensino versa a cartilha, a tabuada e a doutrina. Já o dirigido por Mariana Vieira Saúde, é um lugar num cubículo infecto e húmido. O cerne da questão polariza-se entre o exercício da profissão, no *ser professor*, sem habilitação para o efeito, e nos conteúdos ensinados, nomeadamente, na doutrina⁶⁹. A contestação aos referidos cursos é justificada, para além das condições de acolhimento das crianças, por as pessoas responsáveis não estarem habilitadas para o exercício da profissão, por um lado, e, por outro, pelos conteúdos que são objecto de ensino, nomeadamente a religião. O autor refere mesmo que de entre os alunos com os quais contactou, um deles terá chegado a afirmar que frequenta aquela escola, em vez da oficial, porque «na minha escola reza-se todos os dias»⁷⁰.

⁶⁸ TRISTÃO, J. – Insistindo. In: *A Voz dos Açores*. N.º 5, 1 de Abril de 1909.

⁶⁹ Cf. VALADÃO, Inácio Cardoso – Primeira Prova. In: *A Voz dos Açores*. N.º 12, 15 de Julho de 1909.

⁷⁰ TRISTÃO, J. – Interesse pedagógico e medida higiénica. In: *A Voz dos Açores*. N.º 4, 15 de Março de 1909.

Feita a denúncia, a inspecção, por opção ou por pressão, chega mesmo a mandar encerrar cursos ilegais, como foi o caso em S. Bartolomeu, visitando os locais e determinando o seu encerramento a partir daquela data⁷¹. Contudo, os cursos continuaram a funcionar o que foi considerado *desprimoroso* para o sub-inspector. Parece ter faltado Estado para fazer cumprir a lei. Por falta de capacidade ou por auto-demissão, não sabemos. A verdade é que o órgão da Associação do Professorado Primário Terceirense realizou a denúncia da situação.

Devemos, no entanto, considerar que este dirimir de ideias e posicionamentos pode envolver, ainda, questões e animosidades pessoais, que podem, efectivamente, estar presentes na crítica ao sub-inspector interino do círculo de Ponta Delgada, a quem se ataca traços de carácter, insinua tráfego de influências e acusações de ilegalidade, com a qual, de resto, concluímos a nossa análise:

“Ao ilustre ministro do reino, ao sr. Director Geral da instrução primária, ao Sr. Inspector da primeira circunscrição escolar nós pedimos um pouco de atenção para o que se está passando com o sub-inspector de Ponta Delgada. Esse funcionário desempenha, interinamente, as suas funções de forma por vezes bastante irregular, como já temos, em outras ocasiões, aqui acentuado. Sucede, porém, que este cavalheiro, de instintos rancorosos e vingativos, tomou à sua conta algumas pobres professoras que têm a infelicidade de não se submeterem ao seu facciosismo doentio. As queixas que recebemos em todos os paquetes são inúmeras contra este sub-inspector, que não sabemos porque bulas o é, visto a lei não permitir que ele o seja. É um dos pontos para que chamamos à atenção de quem de direito. Em nenhuma das disposições regulamentares que permitem a nomeação de professores para desempenhar interinamente aquele cargo está incluído o funcionário em questão. Além de que um antigo processo em que esse indivíduo foi envolvido, só por si já era bastante para impossibilitar a sua colocação em tal lugar.

Impõe-se, pois, o cumprimento da lei, exonerando esse sub-inspector, cuja falta de critério vem ainda agravar a ilegalidade de sua nomeação”⁷².

⁷¹ Cf. VALADÃO, Inácio Cardoso – Primeira Prova. In: *A Voz dos Açores*. N.º 12, 15 de Julho de 1909.

⁷² Subinspector do círculo de Ponta Delgada. In: *A Voz dos Açores*. N.º 18, 15 de Outubro de 1909.

Reflexão final

A análise d' *A Voz dos Professores*, jornal regional associativo, conduziu-nos através das apreciações críticas sobre a política educativa, o estatuto profissional e social do professorado primário, as condições materiais do exercício da profissão, nomeadamente, o problema da obrigatoriedade e da frequência escolares e os edifícios escolares, e a administração de ensino, em particular, alguns casos concretos que alimentaram a polémica jornalística, como o processo de inspecção das *escolas ilegais*.

Os discursos sobre a temática referida surgem marcados pela sua natureza associativa e a preocupação com a defesa da classe e, por outro, pela perspectiva republicana sobre a educação e a escolarização nas vésperas da República.

O estudo possibilita uma aproximação a uma certa leitura da problemática educativa e da construção da profissão docente, entre 1909 e 1910, tanto no plano nacional como regional. Por momentos, a narrativa para além das marcas profissional e ideológica, leva-nos a interrogar a dimensão e o peso das redes de sociabilidade e do relacionamento interpessoal nas ideias e posicionamentos expressos, questões a que só um estudo com recurso a fontes de outra natureza e, nomeadamente, a nível local permitirá aprofundar.